

A Inserção da Pessoa Idosa no Ensino Superior: Experiências na América do Sul

Ludmilla Ferreira Mendes de Souza
Simone Martins
Andreia Queiroz Ribeiro
Alejandro Pérez-Duarte Fernández

Resumo: O avanço da longevidade e a crescente participação da pessoa idosa na sociedade levaram ao surgimento de novos modelos educacionais, capazes de responder à demanda dos longevos por educação. Diversas universidades, no Brasil e no mundo, passaram a incluir as pessoas idosas em variadas modalidades de ensino. Nesse contexto, mostra-se necessário analisar a inserção da pessoa idosa no ensino superior em países da América do Sul, a fim de identificar os impactos das experiências para os alunos idosos. Os resultados revelam um panorama heterogêneo, com iniciativas promissoras, mas também desafios significativos relacionados a infraestrutura, metodologias pedagógicas e preconceito etário. As experiências analisadas demonstram que a presença da pessoa idosa no ensino superior favorece o envelhecimento ativo, a inclusão social, o fortalecimento da autoestima e o intercâmbio intergeracional, além de contribuir para a transformação das práticas acadêmicas. Contudo, depende de políticas institucionais de longo prazo, formação docente específica, currículos adaptados e articulação com políticas públicas de educação e envelhecimento, reafirmando o direito à aprendizagem em todas as fases da vida.

Palavras-chave: Pessoa Idosa; Ensino Superior; América do Sul.

1. Introdução

Com o avanço da longevidade e a crescente participação da população idosa na sociedade, especialmente a partir do século XXI, novos modelos educacionais têm surgido para responder à demanda dos mais velhos por educação. As universidades, tradicionalmente voltadas ao público jovem, vêm ampliando seus horizontes para incluir pessoas idosas em diversas modalidades de ensino.

Desde a década de 1970, organismos internacionais têm enfatizado a importância da educação permanente como um direito de todas as idades. A Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), consolidou esse entendimento, especialmente na sua quinta edição, realizada em Hamburgo em 1997. O documento final afirma que “o aprendizado é um processo contínuo e permanente que deve abranger todas as fases da vida e todos os setores da sociedade” (UNESCO, 1997, p. 2).

A educação ao longo da vida é um conceito que vem ganhando centralidade nas políticas educacionais e sociais, sobretudo diante do envelhecimento populacional. Ela parte da premissa de que o processo de aprender não se encerra na juventude, sendo uma experiência contínua que acompanha o indivíduo em todas as etapas da vida.

A Organização Mundial da Saúde, no marco da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030), aponta a necessidade de criar oportunidades contínuas de aprendizado para pessoas idosas, destacando que o acesso à educação contribui para a saúde mental, o engajamento social e a resiliência ao longo do envelhecimento (OMS, 2020).

A educação para a pessoa idosa emerge, assim, como uma estratégia importante para promover a autonomia, a inclusão, o protagonismo e a qualidade de vida na velhice, promovendo o envelhecimento ativo e saudável.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), também destaca a educação inclusiva e equitativa de qualidade como um dos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 4, que visa a “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015).

As práticas de inserção da pessoa idosa na Universidade variam conforme os contextos culturais e as políticas educacionais de cada país. As iniciativas demonstram, na prática, o compromisso com os princípios da educação ao longo da vida e revelam múltiplos benefícios

tanto para os estudantes 60+ quanto para as instituições que os acolhem.

A educação da população idosa, portanto, deve ser entendida não como um favor ou privilégio, mas como um direito humano, sustentado por compromissos de âmbito global, sendo fundamental para o envelhecimento ativo, autônomo e participativo.

A presença da pessoa idosa na Universidade configura uma conquista significativa no contexto da educação ao longo da vida. Trata-se de um ambiente potencialmente propício à inclusão intergeracional, à valorização da diversidade e ao desenvolvimento de práticas educativas baseadas no diálogo e na troca de experiências.

As Universidades têm, portanto, relevante papel a desempenhar na inserção das pessoas idosas no ensino superior, proporcionando suporte adequado para escutar e atender às necessidades próprias desse grupo etário. Para isso, é necessário superar barreiras institucionais e culturais, entre elas o preconceito relacionado à idade, a inadequação de metodologias e a escassez de políticas institucionais voltadas a esse público.

Nesse contexto, foi lançada em 2012 a iniciativa Age-Friendly University (AFU), com o objetivo de promover um ambiente universitário mais inclusivo e acessível às pessoas idosas, reconhecendo o papel das universidades como agentes de transformação social frente ao envelhecimento populacional. Essa iniciativa é guiada por dez princípios fundamentais, entre eles: o compromisso com o acesso de pessoas idosas às oportunidades de aprendizado; a promoção de pesquisa sobre envelhecimento ativo e saudável; o encorajamento à participação de pessoas idosas em todos os aspectos da vida universitária; e a valorização da diversidade etária (DCU, 2012).

Como destacam Formosinho e Araújo (2012), é fundamental que a universidade assuma o compromisso com a educação inclusiva, o que implica reconhecer as especificidades da aprendizagem na velhice e promover adaptações curriculares, físicas e metodológicas que garantam o acesso e a permanência de pessoas idosas no espaço acadêmico.

Assim, mostra-se de suma importância analisar a inserção da pessoa idosa no ensino superior em países da América do Sul, para identificar os impactos das experiências para alunos idosos, o que possibilitará subsidiar estudos de análise de políticas de inclusão dos 60+ no ensino superior no Brasil.

2. Fundamentação teórica

O acesso da pessoa idosa à educação superior tem crescido nos últimos anos, impulsionado pelo aumento da expectativa de vida, pela valorização do envelhecimento ativo e pela crescente consolidação do direito à educação ao longo da vida.

A UNESCO define a educação ao longo da vida como um “princípio organizador da política educacional” e como um direito humano essencial para a inclusão social, a dignidade e o desenvolvimento pessoal (UNESCO, 2016). A presença de pessoas idosas em universidades amplia os espaços de participação cidadã e promove o reconhecimento da diversidade geracional nos ambientes acadêmicos.

De acordo com Delors et al. (1996), aprender ao longo da vida envolve quatro pilares: aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser. Aplicados à educação da pessoa idosa, esses pilares promovem não apenas aquisição de conhecimentos, mas também convívio social e desenvolvimento pessoal para esse grupo etário.

Segundo a OMS o envelhecimento ativo é aquele que “otimiza as oportunidades de saúde, participação e segurança para melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem” (OMS, 2005).

Nesse sentido, programas voltados à educação superior da pessoa idosa assumem um papel fundamental ao proporcionar benefícios que extrapolam o campo do conhecimento formal, como pertencimento social, autoestima e propósito de vida. Funcionam como mecanismos potentes de inclusão, combate ao isolamento social e promoção de bem-estar físico e emocional.

Diversas teorias do envelhecimento ajudam a compreender como a educação pode influenciar a forma como os indivíduos envelhecem.

A teoria da continuidade, proposta por Atchley (1989), destaca que os indivíduos tendem a manter padrões de identidade, comportamento, valores e relacionamentos ao longo da vida, mesmo diante das mudanças associadas ao envelhecimento. A aprendizagem contínua em contextos universitários contribui para essa permanência subjetiva. Manter-se intelectualmente ativo, interagir com diferentes gerações e participar de novas experiências contribui para dar sentido e coerência à trajetória de vida.

Por sua vez, a teoria da gerotranscendência, formulada por Tornstam (2005), propõe que o envelhecimento pode conduzir a uma mudança de perspectiva sobre a vida e a uma reorientação de valores pessoais, com menor apego a questões materiais e maior busca por significado existencial e espiritual. Nesse contexto, a educação superior pode facilitar esse processo, ao oferecer um espaço de reconexão consigo mesmo e com os outros e de ampliação da compreensão sobre o mundo, estimulando a contemplação, a autonomia e a valorização dos saberes construídos ao longo da vida.

Além dessas abordagens, a gerontologia crítica tem ampliado o debate ao questionar as visões normativas e homogeneizadoras do envelhecimento, enfatizando as desigualdades

estruturais de gênero, raça, classe e capacidade funcional que afetam a forma como os indivíduos envelhecem. Ayalon e Tesch-Römer (2018) sustentam que essas desigualdades influenciam diretamente as oportunidades de envelhecer com dignidade. Assim, ampliar o acesso da população idosa à educação superior é também uma estratégia de justiça social, permitindo o acesso de grupo historicamente excluído a oportunidades de formação, participação e cidadania, com potencial para reduzir desigualdades históricas e promover equidade intergeracional.

A pesquisadora Pilar Monreal Bosch (2023), da Universidade de Girona, enfatiza que "as universidades devem deixar de tratar a pessoa idosa apenas como destinatária de conhecimento e reconhecê-la como produtora ativa de saber, memória e transformação social". Ressalta que os processos educativos em contextos de envelhecimento são também de "reconhecimento simbólico e de construção coletiva de sentido". Essa visão está em sintonia com as diretrizes do movimento Age-Friendly University (AFU), que defende a criação de ambientes acadêmicos inclusivos e responsivos às necessidades da população idosa (DCU, 2012).

É importante destacar que o acesso ao ensino superior não deve se restringir à oferta de cursos formais. Ele deve contemplar a criação de currículos abertos, metodologias participativas, espaços intergeracionais e políticas institucionais que valorizem a presença da pessoa idosa no cotidiano universitário. Como afirmam Gifre Monreal et al. (2025), "a inclusão da pessoa idosa nas universidades contribui para transformar a própria cultura acadêmica, abrindo-se ao diálogo, à escuta e à diversidade de trajetórias" (p. 21).

Em síntese, as teorias do envelhecimento e a educação superior da pessoa idosa convergem para um horizonte de envelhecimento ativo, ético e plural. Promover o acesso à universidade, valorizar o aprendizado intergeracional e reconhecer o papel ativo das pessoas idosas na produção de conhecimento são ações que fortalecem o sentido de viver na velhice e contribuem para sociedades mais justas e humanas. Para isso, é necessário o compromisso de governos, instituições de ensino e da sociedade como um todo com uma abordagem inclusiva e com estratégias que promovam a autonomia, o protagonismo e o desenvolvimento integral das pessoas idosas.

3. Método de pesquisa

O presente estudo constitui-se como uma revisão sistemática de literatura, desenvolvida com abordagem qualitativa e quantitativa, fundamentada nas diretrizes do protocolo PRISMA 2020 (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) e nos princípios

descritos no e-book Aspectos Metodológicos Utilizados na Elaboração de Revisões de Literatura (UFV, 2022). A escolha pela revisão sistemática justifica-se pela necessidade de reunir e organizar um corpo de evidências ainda disperso e pouco consolidado sobre a inserção da pessoa idosa no ensino superior na América do Sul. Trata-se de um campo em expansão, porém marcado por diferentes interpretações e pela escassez de estudos comparativos, o que dificulta a formulação de políticas públicas e práticas institucionais consistentes. O uso do protocolo PRISMA 2020 garante transparência, reprodutibilidade e rigor metodológico, permitindo não apenas mapear, mas também avaliar criticamente as iniciativas documentadas.

A abordagem indicada foi adotada por possibilitar a identificação, seleção, avaliação crítica e síntese de evidências científicas de forma estruturada e transparente, garantindo a confiabilidade dos resultados e permitindo uma compreensão abrangente de um campo de investigação ainda pouco explorado: a inserção da pessoa idosa no ensino superior em países da América do Sul. O objetivo foi reunir, examinar e discutir estudos que descrevem experiências, políticas públicas e práticas institucionais voltadas à inclusão de pessoas com 60 anos ou mais no ambiente acadêmico, seja em cursos formais ou programas de extensão universitária.

A pergunta que orientou este estudo foi: “Quais são as características, políticas e práticas voltadas à inserção da pessoa idosa no ensino superior em países da América do Sul e quais impactos elas geram? A partir desse questionamento, foram definidos os procedimentos de busca, seleção, extração e análise dos estudos, de forma a garantir que apenas publicações diretamente relacionadas ao tema fossem contempladas.

As buscas foram realizadas entre os meses de julho e agosto de 2025, abrangendo bases de dados de ampla relevância e cobertura internacional e regional, a saber: Google Acadêmico, SciELO, Scopus e Web of Science. A escolha dessas bases deve-se à sua capacidade de indexar estudos relevantes nas áreas de ciências sociais, educação, políticas públicas e gerontologia, permitindo uma visão comparativa e diversificada da produção científica sobre o tema. Para a elaboração das estratégias de busca, foram utilizados descritores em três idiomas — português, inglês e espanhol — com o intuito de ampliar o alcance e contemplar as principais línguas utilizadas na produção acadêmica da América do Sul.

A base Google Acadêmico foi incluída por sua ampla cobertura e por indexar produções acadêmicas latino-americanas, muitas vezes não presentes em bases internacionais. A SciELO foi selecionada por concentrar publicações científicas revisadas por pares de relevância na América Latina. As bases Scopus e Web of Science foram escolhidas por sua abrangência

global, indexação rigorosa e por reunirem periódicos de alto impacto nas áreas de ciências sociais, educação, políticas públicas e gerontologia.

As combinações de termos foram: (“universidade” OR “ensino superior” OR “graduação”) AND (“pessoa idosa” OR “idoso”); (“university” OR “higher education” OR “graduation”) AND (“older adults” OR “elderly person”); e (“universidad” OR “educación superior” OR “graduación”) AND (“persona mayor” OR “adulto mayor”). Esses descritores foram aplicados nos campos de título, resumo e palavras-chave, com recorte temporal abrangendo publicações entre os anos de 2000 e 2025.

Os critérios de inclusão consideraram artigos publicados em periódicos revisados por pares e capítulos de livros acadêmicos que apresentassem discussões sobre a presença e a participação da pessoa idosa no ensino superior, de maneira formal ou não formal, em países da América do Sul. Foram aceitos estudos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol. Os critérios de exclusão contemplaram a remoção de duplicatas, a exclusão de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses não publicadas, relatos institucionais sem análise científica, estudos cujo foco central fosse saúde, lazer ou bem-estar sem vínculo explícito com o ensino superior, pesquisas com recorte etário distinto (não abrangendo a população 60+) e investigações excessivamente localizadas ou setoriais, cuja contribuição não possibilitasse inferências mais amplas.

O processo de triagem seguiu rigorosamente as etapas do protocolo PRISMA. Inicialmente, na fase de identificação, todos os registros obtidos nas buscas foram importados para planilhas eletrônicas, nas quais se registraram metadados como autor, ano, título, periódico, país, base de origem, idioma e link de acesso. Em seguida, realizou-se a remoção de duplicatas, por meio de ferramentas automáticas de filtragem. Na fase de triagem, procedeu-se à leitura criteriosa de títulos e resumos, aplicando os critérios de inclusão e exclusão para eliminar os trabalhos desalinhados ao escopo do estudo.

A etapa de elegibilidade consistiu na leitura integral dos textos que permaneceram após a triagem, permitindo a avaliação aprofundada da relevância, da consistência metodológica e da relação direta com a pergunta de pesquisa. Por fim, na fase de inclusão, consolidou-se o conjunto final de estudos que compuseram o corpus de análise.

O processo de seleção seguiu as etapas do protocolo PRISMA. Inicialmente, a busca identificou 312 registros, que foram exportados para planilhas eletrônicas com registro de metadados (autor, ano, título, periódico, país, base, idioma e link). Em seguida, procedeu-se à remoção de 54 duplicatas, restando 258 registros únicos. A triagem por títulos e resumos resultou na exclusão de 173 estudos por não atenderem aos critérios de inclusão, permanecendo

85 para a leitura integral. Na etapa de elegibilidade, 45 estudos foram excluídos por não apresentarem relação direta com a pergunta de pesquisa ou não atenderem aos critérios metodológicos estabelecidos. Assim, compôs-se um corpus final de 40 artigos que integraram a análise desta revisão.

A extração dos dados foi realizada a partir de um instrumento padronizado, elaborado em planilha eletrônica, que permitiu registrar e organizar de forma uniforme as informações de cada estudo incluído. Foram anotados, para cada registro, o autor e o ano de publicação, o país onde a pesquisa foi realizada, o título, o periódico ou evento de divulgação, o objetivo declarado, o tipo de abordagem metodológica, os principais resultados encontrados e o motivo da inclusão na revisão. Essa sistematização permitiu não apenas a análise comparativa entre os estudos, mas também a identificação de eixos temáticos recorrentes, lacunas de investigação e diferentes perspectivas de abordagem do tema.

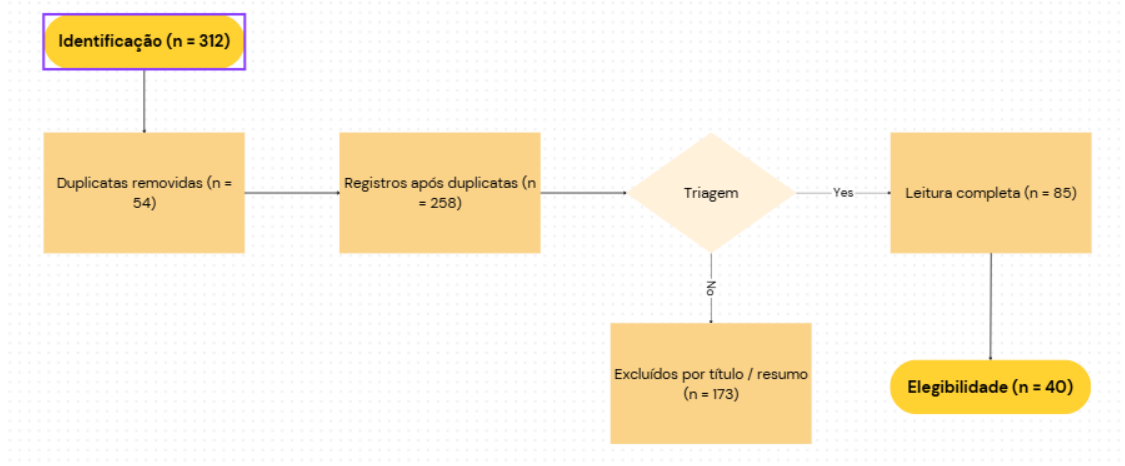


Figura 1: Protocolo PRISMA

A análise dos estudos incluiu a observação de como cada trabalho caracterizou a inserção da pessoa idosa no ambiente universitário, descreveu as políticas e programas institucionais existentes, apontou barreiras e facilitadores para a inclusão e avaliou os impactos dessa presença tanto para os alunos 60+ quanto para as instituições de ensino. Essa etapa possibilitou identificar convergências e divergências entre as experiências documentadas, bem como o grau de alinhamento das iniciativas com os princípios da Age-Friendly University.

Quadro 1. Matriz de síntese simplificada

Autor e ano	País	Abordagem	Dimensão(s) abordada(s)	Principais achados
Orosa Fraíz (2024)	Cuba	Descritiva e analítica	Inclusão educacional, cidadania, envelhecimento ativo	A Cátedra Universitaria del Adulto Mayor transcende a aquisição de conhecimento técnico, atuando como espaço de ressignificação identitária, fortalecimento da autoestima e integração social das pessoas idosas.
de Cassia Oliveira Silva et al. (2023)	Brasil	Qualitativa e reflexiva	Inclusão social, combate ao etarismo, educação ao longo da vida	A inclusão de pessoas historicamente excluídas devido à idade atua como mecanismo de enfrentamento ao preconceito etário, reconstruindo narrativas de vida interrompidas e fortalecendo a cidadania.
Marrero-Vega (2024)	Cuba	Descritiva e aplicada	Educação, saúde, cultura	A integração entre dimensões culturais, de saúde e cidadania favorece a permanência do estudante idoso, reforçando a importância de políticas institucionais integradas.

Ramos Monteagudo & Yordi García (2023)	Cuba	Estudo de caso e normativa	Vínculos intergeracionais, inclusão social	Vínculos intergeracionais planejados promovem trocas de saberes, desconstrução de estereótipos e maior integração social entre gerações no ambiente universitário.
Ferreira de Alvarenga et al. (2024)	Brasil	Estudo de caso e estratégica	Ensino, pesquisa, extensão, políticas públicas	O alinhamento da UNATI/UEM às diretrizes da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes fortalece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, gerando impactos positivos para a comunidade e a universidade.
Cisterna Zenteno et al. (2023)	Chile	Qualitativa	Metodologias de ensino, inclusão digital	O uso excessivo de tecnologias sem suporte adequado pode gerar insegurança e exclusão das pessoas idosas, sendo necessário apoio tecnológico inicial.
Leite et al. (2023)	Brasil	Estudo de caso	Educação remota, saúde mental	A manutenção de atividades acadêmicas remotas durante a pandemia serviu como fator protetivo contra

				solidão e desesperança entre pessoas idosas.
Reser et al. (2024)	Brasil	Experimental e inovadora	Metodologias lúdicas, saúde	Jogos educativos voltados à saúde estimulam aprendizado, fortalecem vínculos sociais e criam redes de apoio mútuo.

Fonte: Elaboração própria

4. Resultados

A revisão sistemática realizada identificou, por meio da aplicação rigorosa dos critérios de inclusão e exclusão, um total de 40 artigos que exploram, de forma direta ou indireta, a temática da inserção da pessoa idosa no ensino superior no contexto da América do Sul. Esses trabalhos contemplam uma variedade de experiências, abrangendo desde iniciativas formais, como a matrícula em cursos de graduação e pós-graduação, até atividades não formais, incluindo programas de extensão, oficinas temáticas e projetos de natureza intergeracional. Essa diversidade de formatos permitiu compreender a multiplicidade de caminhos pelos quais as universidades têm buscado integrar a população 60+ às suas práticas acadêmicas. Contudo, os resultados revelam também um cenário fragmentado, no qual coexistem instituições com políticas estruturadas de acolhimento e permanência para o estudante idoso e realidades onde a presença dessa faixa etária é quase inexistente ou restrita a ações pontuais. Observa-se, portanto, que, embora o debate sobre envelhecimento ativo e educação ao longo da vida esteja cada vez mais presente no discurso acadêmico e nas agendas internacionais, a tradução desses princípios em políticas e práticas concretas ainda apresenta grandes desafios na região.

O perfil dos estudantes idosos mapeado nos artigos analisados mostra-se heterogêneo em termos de escolaridade prévia, trajetória de vida e motivações para o ingresso no ensino superior. Muitos apresentam ensino médio completo, mas tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas por longos períodos devido a fatores como necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, responsabilidades familiares ou ausência de políticas públicas que viabilizassem a continuidade dos estudos. Nesses casos, o retorno ao ambiente acadêmico é marcado por sentimentos de desafio e superação, mas também de satisfação pessoal. Orosa

Fraíz (2024) relata que, na Cátedra Universitaria del Adulto Mayor, a experiência universitária transcende a aquisição de conhecimento técnico-científico, tornando-se um espaço de ressignificação identitária e de fortalecimento da autoestima. Em consonância, de Cassia Oliveira Silva et al. (2023) destacam que a inclusão de pessoas historicamente excluídas devido à idade atua como mecanismo de enfrentamento ao preconceito etário e contribui para a reconstrução de narrativas de vida interrompidas.

O mapeamento das políticas institucionais revelou que, embora poucas universidades sul-americanas estejam formalmente vinculadas à rede Age-Friendly University (AFU), muitos programas incorporam práticas que convergem com seus princípios, como a flexibilização curricular, a promoção da convivência intergeracional, a ampliação de oportunidades de pesquisa sobre envelhecimento e a adaptação dos espaços físicos e digitais para melhor atender esse público. Marrero-Vega (2024), ao analisar a Universidade de Havana, evidencia a integração entre dimensões culturais, de saúde e de cidadania no processo educativo, o que favorece a participação e permanência do estudante idoso. Ramos Monteagudo e Yordi García (2023) reforçam a importância de vínculos intergeracionais planejados, capazes de criar oportunidades de troca de saberes e de desconstrução de estereótipos. No Brasil, Ferreira de Alvarenga et al. (2024) demonstram que o alinhamento da UNATI/UEM às diretrizes da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes fortalece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, resultando em benefícios tanto para a comunidade acadêmica quanto para a população atendida.

Ainda assim, as barreiras para a plena inclusão permanecem expressivas e multifacetadas. No plano estrutural, são recorrentes relatos sobre ausência de rampas e corrimãos, iluminação inadequada, dificuldade de acesso a laboratórios e equipamentos, bem como carência de transporte público adaptado, dificultando o deslocamento até os campi. Do ponto de vista pedagógico, nota-se a prevalência de abordagens de ensino tradicionais ou centradas no uso intensivo de tecnologias digitais sem suporte adequado, o que pode gerar insegurança e exclusão, como observado por Cisterna Zenteno et al. (2023). Na dimensão sociocultural, o preconceito etário, a invisibilidade das necessidades específicas desse grupo e a falta de preparo de professores para lidar com turmas intergeracionais surgem como fatores limitantes. Essas barreiras, quando associadas, contribuem para taxas de evasão mais elevadas entre estudantes idosos, comprometendo o alcance dos objetivos de programas de inclusão.

Em contrapartida, a análise também evidenciou um conjunto de facilitadores que potencializam o engajamento e a permanência do estudante idoso no ensino superior. Programas de ambientação tecnológica, treinamentos iniciais para uso de plataformas digitais, tutoria e mentoria intergeracional, flexibilização de horários e metodologias de ensino

participativas são exemplos de estratégias bem-sucedidas. Hossová e Švecová (2024) demonstram que atividades voltadas ao desenvolvimento do pensamento crítico em ambientes colaborativos geram ganhos significativos na motivação e reduzem a evasão. Além disso, práticas pedagógicas que valorizam a bagagem cultural e a experiência de vida das pessoas idosas contribuem para criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e horizontal, no qual o conhecimento é construído de forma compartilhada e dialógica.

Os impactos observados são múltiplos e se manifestam tanto no âmbito individual quanto institucional. No plano pessoal, a inserção no ensino superior favorece o fortalecimento da autoestima, a ampliação das redes de sociabilidade, a diminuição do isolamento social e a promoção da saúde mental. Leite et al. (2023) verificaram que, mesmo durante a pandemia de COVID-19, a manutenção de atividades acadêmicas por meio remoto serviu como fator protetivo contra sentimentos de solidão e desesperança. Reser et al. (2024) acrescentam que metodologias inovadoras, como jogos educativos com foco em saúde, estimulam o aprendizado, fortalecem vínculos sociais e contribuem para a criação de redes de apoio mútuo. No plano institucional, a presença de idosos no corpo discente amplia a diversidade etária, incentiva a revisão de currículos e metodologias e promove novas parcerias comunitárias. Contudo, Orosa Fraíz (2024) adverte que a sustentabilidade dessas ações depende da consolidação de políticas de longo prazo, com orçamento definido e integração com as estratégias de gestão universitária.

5. Discussão

A discussão integrada desses resultados indica que a inserção da pessoa idosa no ensino superior na América do Sul é um fenômeno em expansão, mas ainda marcado por assimetrias e pela ausência de diretrizes unificadas. As experiências analisadas demonstram que, quando estruturadas segundo princípios como os da AFU, as iniciativas superam a dimensão acadêmica e se tornam instrumentos de transformação social, cultural e de saúde pública. Tais práticas contribuem para o fortalecimento da cidadania, para a promoção do envelhecimento ativo e para a construção de sociedades mais justas e intergeracionais. Os achados corroboram a fundamentação teórica apresentada, reforçando a educação ao longo da vida como direito humano e como estratégia imprescindível para a inclusão social e a equidade geracional.

Entretanto, para que a presença da pessoa idosa no ensino superior deixe de ser pontual e se torne um elemento estruturante das políticas universitárias, é necessário ir além da oferta de vagas. É imprescindível repensar currículos, metodologias, avaliações e infraestrutura, de forma a garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso acadêmico desse público.

Isso implica reconhecer o valor da diversidade etária como um recurso pedagógico que enriquece a experiência universitária de todos os envolvidos, e não como um desafio isolado a ser superado. A consolidação dessa visão demanda investimentos contínuos, formação docente específica, monitoramento sistemático e articulação com políticas públicas de educação e envelhecimento. Somente assim será possível transformar a universidade em um espaço efetivamente aberto a todas as idades, cumprindo sua função social de democratização do conhecimento e promoção da equidade ao longo de toda a vida.

A continuidade da análise permite aprofundar a compreensão sobre as relações entre a presença da pessoa idosa no ensino superior e o impacto que isso provoca nas dinâmicas acadêmicas e sociais das instituições. Em várias experiências relatadas nos artigos, a entrada de estudantes idosos em turmas mistas gera, inicialmente, estranhamento por parte dos alunos mais jovens, mas, com o tempo, estabelece um espaço de trocas intergeracionais frutíferas, nas quais a experiência de vida dos mais velhos se combina com a fluidez tecnológica dos mais novos. Essa interação, como apontam Ramos Monteagudo e Yordi García (2023), potencializa a aprendizagem para ambos os grupos, promove a empatia e contribui para desconstruir preconceitos recíprocos. A presença intergeracional não apenas enriquece o ambiente acadêmico, mas também fortalece a noção de que a universidade é um espaço plural, onde a diversidade de idades e experiências constitui um ativo educacional.

Outro aspecto identificado nos estudos é a relação direta entre políticas públicas de envelhecimento e a efetividade das ações universitárias voltadas à inclusão das pessoas idosas. Países e regiões onde há maior articulação entre governos e instituições de ensino, com programas de financiamento, bolsas específicas e incentivos fiscais, tendem a apresentar experiências mais consolidadas e com maior alcance. No Brasil, por exemplo, embora haja iniciativas exitosas como a UNATI/UEM e programas similares em universidades federais e estaduais, ainda persiste uma lacuna no que diz respeito à integração dessas ações a uma política nacional de educação ao longo da vida. Em contrapartida, o caso cubano, descrito por Orosa Fraíz (2024), demonstra como o alinhamento entre diretrizes governamentais e planejamento universitário pode garantir a sustentabilidade de programas de grande abrangência, mesmo em contextos de restrição orçamentária.

Os estudos também ressaltam a importância de se repensar a avaliação acadêmica quando se trata do público idoso. Em muitos casos, critérios de desempenho excessivamente rígidos ou focados em velocidade de execução acabam por desconsiderar o tempo diferenciado de aprendizado característico dessa faixa etária. Experiências relatadas por Hossová e Švecová (2024) evidenciam que avaliações formativas, centradas no progresso individual e no

envolvimento com as atividades, são mais adequadas para promover a permanência e reduzir a evasão. Esse tipo de abordagem não significa reduzir a exigência acadêmica, mas sim adaptá-la para valorizar o processo de aprendizagem, respeitando os ritmos e necessidades específicas dos estudantes idosos.

Por fim, a revisão permite afirmar que a presença da pessoa idosa no ensino superior não deve ser tratada como um apêndice ou programa secundário dentro da estrutura universitária, mas sim como parte integrante de uma estratégia institucional de longo prazo, voltada à promoção da educação inclusiva e intergeracional. A construção de universidades verdadeiramente amigas das pessoas idosas depende da articulação entre infraestrutura física acessível, metodologias pedagógicas adaptadas, corpo docente capacitado e políticas institucionais sólidas. Mais do que responder a uma demanda demográfica crescente, trata-se de reafirmar o compromisso da educação superior com a equidade, a justiça social e o direito à aprendizagem em todas as fases da vida. Ao integrar a pessoa idosa como sujeito ativo no processo educacional, a universidade não apenas amplia seu alcance social, mas também fortalece sua relevância como espaço de produção de conhecimento e de transformação cultural.

6. Conclusões

A inserção da pessoa idosa no ensino superior na América do Sul configura-se como uma temática de crescente relevância frente ao cenário de envelhecimento populacional e à consolidação do direito à educação ao longo da vida. Esta revisão sistemática evidenciou que, embora o discurso internacional sobre o envelhecimento ativo e a educação inclusiva esteja cada vez mais presente em agendas políticas e acadêmicas, a materialização desses princípios nas universidades sul-americanas ainda se dá de forma desigual, com avanços significativos em algumas instituições e lacunas persistentes em outras.

As experiências analisadas demonstram que o acesso da população 60+ ao ambiente universitário traz impactos positivos tanto para os próprios estudantes — em termos de autoestima, pertencimento, saúde mental e ressignificação identitária — quanto para as instituições, ao promoverem diversidade etária, práticas pedagógicas mais inclusivas e espaços de trocas intergeracionais. No entanto, os desafios permanecem expressivos, com destaque para barreiras físicas, tecnológicas, pedagógicas e culturais, que ainda limitam o pleno exercício do direito à educação na velhice.

Os princípios da Age-Friendly University (AFU) emergem como referência fundamental para orientar políticas institucionais comprometidas com a inclusão, valorização e

participação ativa da pessoa idosa no ensino superior. Ainda que poucos programas estejam formalmente associados à rede AFU, muitos incorporam práticas convergentes, indicando um potencial de alinhamento que merece ser aprofundado e fortalecido. É nesse ponto que se insere a necessidade de maior articulação entre políticas públicas nacionais, financiamento adequado, formação docente e estratégias pedagógicas adaptadas às especificidades da aprendizagem na velhice.

Além disso, as teorias do envelhecimento analisadas — como a continuidade, a gerotranscendência e a gerontologia crítica — permitem compreender a complexidade da experiência de envelhecer e reforçam a importância de considerar os aspectos subjetivos, existenciais e estruturais que atravessam o processo educacional na velhice. Tais teorias oferecem subsídios valiosos para a construção de práticas educacionais que reconheçam a pessoa idosa não apenas como receptora de conhecimento, mas como agente ativa, detentora de saberes, memórias e contribuições significativas para a transformação social.

Portanto, as universidades sul-americanas, ao se comprometerem com uma educação verdadeiramente inclusiva, devem não apenas ampliar o acesso, mas também garantir condições efetivas de permanência e sucesso acadêmico da pessoa idosa. Isso exige não apenas vontade política e institucional, mas também um olhar sensível, ético e intergeracional que reconheça o valor da diversidade etária como um patrimônio educativo e cultural. Promover o envelhecimento ativo por meio da educação superior é, acima de tudo, um ato de justiça social e um passo essencial rumo a sociedades mais equitativas, democráticas e humanas.

Referências

ATCHLEY, R. C. A continuity theory of normal aging. *The Gerontologist*, v. 29, n. 2, p. 183–190, 1989.

AYALON, L.; TESCH-RÖMER, C. *Contemporary perspectives on ageism*. Springer, 2018.

CISTERNA ZENTENO, Cecilia et al. Older adults' perceptions about methodologies used to learn English as a foreign language. *Cuadernos de Investigación Educativa*. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/cie/v16n2/1688-9304-cie-16-02-e202.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

DCU – Dublin City University. *Ten Principles of an Age-Friendly University*. Dublin: DCU, 2012.

DE CASSIA OLIVEIRA SILVA, Rita et al. A inclusão educacional dos excluídos pela idade. *Espacios en blanco. Serie indagaciones*. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/pdf/rc/v20n101/1990-8644-rc-20-101-228.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

DELORS, J., et al. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 1996.

FERREIRA DE ALVARENGA, João Vitor et al. Educação e envelhecimento: uma análise comparativa entre a UNATI/UEM e a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. *Educación*. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1019-94032024000200125&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 11 ago. 2025.

FORMOSINHO, J.; ARAÚJO, S. *Educação inclusiva: dos conceitos à prática pedagógica*. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIFRE MONREAL, E. et al. *Envejecer con sentido: miradas y vivencias en torno al envejecimiento*. Universitat de Girona, 2025.

HOSSOVÁ, Monika Prostináková; ŠVECOVÁ, Magdaléna. The effect of educational interventions on the level of critical thinking skills of seniors: a case study. *Conrado*. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/pdf/rc/v20n101/1990-8644-rc-20-101-228.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

LEITE, Gilclean Delfino et al. Percepções de pessoas idosas que cuidaram de outras pessoas idosas em tempos de pandemia da covid-19. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/FkfvQxQ6VPScmFSFnDTLSzL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2025.

MARRERO-VEGA, Andy Luis. Educando para un envejecimiento saludable: una experiencia desde la Cátedra del Adulto Mayor de la Universidad de la Habana. *Revista Novedades en Población*. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Andy-Marrero-Vega/publication/383978335_Educando_para_un_envejecimiento_saludable_una_experiencia_desde_la_Catedra_del_Adulto_Mayor_de_la_Universidad_de_la_Habana/links/66e2e75364f7bf7b19a8cbe8/Educando-para-un-envejecimiento-saludable-una-experiencia-desde-la-Catedra-del-Adulto-Ma....pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

MONREAL BOSCH, Pilar. *Comunicação pessoal*. Universidade de Girona, 2023.

ONU. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015.

OMS. *Década do Envelhecimento Saudável (2021–2030)*. Genebra: OMS, 2020.

OMS. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília: OPAS, 2005.

OROSA FRAÍZ, Teresa. La Cátedra Universitaria del Adulto Mayor en Cuba: Experiencias fundacionales y actuales. *Espacios en blanco. Serie indagaciones*. Disponível em: <https://www.scielo.org.ar/pdf/eb/v34n2/1515-9485-eb-34-02-00049.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

RAMOS MONTEAGUDO, Ana María; YORDI GARCÍA, Mirtha Juliana. Pertinencia de los vínculos intergeneracionales para la promoción del envejecimiento activo. *Revista Novedades*

en Población. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/390598395_ARTICULO_ORIGINAL_Pertinencia_de_los_vinculos_intergeneracionales_para_la_promocion_del_envejecimiento_activo. Acesso em: 11 ago. 2025.

RESER, Aline Rodrigues et al. RPG Imersiva saúde do idoso: uma nova possibilidade de construção de aprendizagem em saúde?. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbgg/a/XxSw4jCw8MXC7gyty94m6Sh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2025.

TORNSTAM, L. Gerotranscendence: A developmental theory of positive aging. Springer Publishing Company, 2005.

UNESCO. *Declaração de Hamburgo sobre a educação de adultos*. 5ª CONFINTEA. Hamburgo: UNESCO, 1997.

UNESCO. Relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos. Paris: UNESCO, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Aspectos metodológicos utilizados na elaboração de revisões de literatura*. Viçosa: UFV, 2022. e-book. Disponível em:
<https://www.ufv.br/revisoes2022>. Acesso em: 11 ago. 2025.